



Uso de inteligência artificial pode aumentar desemprego no Brasil, diz FGV

Feita em parceria com a Microsoft, pesquisa aponta que ocupação pode cair até 4 pontos percentuais em 15 anos; empregos pouco qualificados seriam prejudicados, mas tecnologia aumentaria renda média do brasileiro

Por Bruno Romani - O Estado de S. Paulo

Responsável por reduzir burocracias, automatizar processos e aumentar a eficiência, o uso de inteligência artificial (IA) pode aumentar o desemprego no País em quase 4 pontos percentuais nos próximos 15 anos. Os dados são de um estudo desenvolvido pelo professor Felipe Serigatti, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), em parceria com a Microsoft, e foram apresentados nesta sexta-feira, 17.

Para simular o impacto da adoção de IA na economia brasileira, a pesquisa estipulou três cenários: um conservador, no qual a taxa de crescimento da adoção de IA pelo mercado brasileiro é de 5%, durante 15 anos. Nesse panorama, a economia também cresce menos do que o estimado para os próximos anos. No cenário intermediário, o número é de 10%, com crescimento estável. Já no mais agressivo, em um mundo em que a economia tem projeção otimista de crescimento, a adoção de IA subiria 26% no período – é nesse último que o desemprego pode aumentar em 3,87 pontos percentuais, no saldo geral da população.

No mais severo dos cenários, os mais afetados serão os trabalhadores menos qualificados, que poderão ver o desemprego aumentar em 5,14 pontos percentuais; já o número de vagas qualificadas pode subir com a adoção massiva de inteligência artificial, em até 1,56 ponto percentual. “A inteligência artificial aumentará a desigualdade”, alertou Serigatti, que é professor de Economia da FGV.

A pesquisa analisou seis segmentos diferentes da economia: agricultura, pecuária, óleo e gás, mineração e extração, transporte e comércio e setor público (educação, saúde, defesa e administração pública). Os trabalhadores mais afetados no cenário mais agressivo são os mais qualificados dos setores de óleo e gás e de agricultura, dois dos principais pilares da economia brasileira. O primeiro tem redução nos empregos de

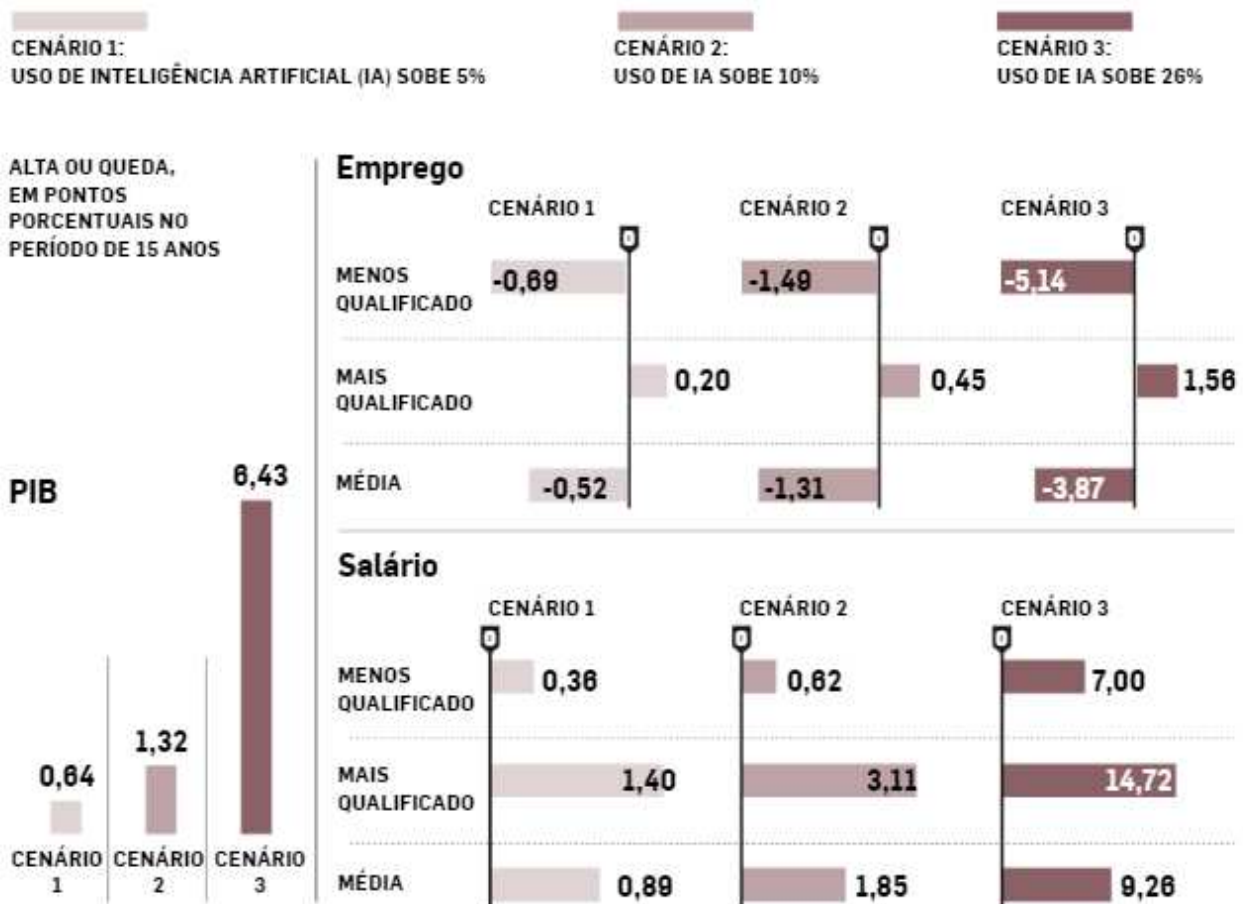
INFORME

23,57%, e o segundo, de 21,55%. “Esse impacto é diferente entre jovens e adultos, mas ainda precisamos de mais dados”, disse Serigatti.

Na pesquisa, foram considerados apenas cenários em que varia o uso de inteligência artificial – foram desconsideradas possíveis influências de reformas como a previdenciária ou a tributária, bem como mudanças no padrão de crescimento da economia. O pesquisador também falou que os resultados são heterogêneos entre os setores – na agricultura, por exemplo, há segmentos muito diferentes entre si.

A era das máquinas

Tecnologia pode aumentar eficiência da economia, mas reduzir vagas, diz FGV



Fonte: FGV/Microsoft

ESTADÃO

INFORME

Aumento de renda

Por outro lado, a implementação da tecnologia promete aumentar a renda tanto dos trabalhadores menos quanto dos mais qualificados, em todos os cenários. No cenário mais agressivo, os menos qualificados terão aumento de 7% na renda, enquanto os mais qualificados verão esse número em 14,72%. No mercado geral, o aumento de renda será de 9,26%.

A pesquisa também detectou nos três cenários o aumento do bem estar da população, o que segundo Serigatti é definido como acesso de bens de consumo e serviços: 0,9% no cenário mais brando e 9,6% no mais agressivo.

O aumento do PIB também é registrado nos três cenários: 0,64% (brando), 1,32% (intermediário) e 6,43% (agressivo). “Com o crescimento do PIB, isso faz a sociedade gerar um volume maior de renda e a aumentar a produtividade, o que fará até com que os indivíduos afetados negativamente tenham maior acesso a bens e serviços”, diz Serigatti.

Educação

O anúncio da pesquisa foi realizado dentro de uma palestra sobre educação da Microsoft – empresa que tem longa relação com o governo brasileiro e trabalha no setor de educação. Em fevereiro, ao visitar o País, o presidente executivo da empresa Satya Nadella lançou uma série de cursos gratuitos de capacitação em IA, em parceria com o Serviço Social da Indústria (Sesi) e o Serviço Nacional da Indústria (Senai).

“A educação é mais importante do que nunca para o futuro do Brasil e pagará dividendos em 20, 30, 40 anos. Eu disse isso a ministros da educação anteriores”, disse Anthony Salcito, vice-presidente da divisão de educação da Microsoft, durante a apresentação. Questionado pelo **Estado** sobre o momento do Ministério da Educação, ele repassou a palavra para Vera Cabral, diretora de educação da empresa no País. “É difícil falar sobre governos, mas a gente gostaria de ter um ministro da educação que realmente desse prioridade para a educação”, declarou a executiva.

FOLHA DE S.PAULO

Inflação pós-greve de caminhoneiros trava ganho real de trabalhadores

Negociações salariais têm sido mais difíceis com inflação acumulada entre 4% e 5%

Anaís FernandesFilipe Oliveira - SÃO PAULO

A pressão inflacionária herdada da paralisação de caminhoneiros tem dificultado o ganho real dos trabalhadores nas negociações coletivas entre sindicatos e patrões.

Dados do último boletim Salariômetro da Fipe (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas) mostram que, em março, o reajuste mediano negociado foi de 4%. A inflação acumulada em 12 meses até fevereiro —calculada pelo INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor)— e que serve de referência para o período, no entanto, foi de 3,9%.

O movimento de caminhoneiros no fim de maio do ano passado provocou uma crise de abastecimento no país que levou a uma explosão de preços. O resultado foi que o INPC acumulado passou de 1,76% em maio de 2018 para 3,53% em junho e passou o restante do ano mais próximo de 4%.

"Nós ainda vamos ter uma inflação acumulada expressiva até junho. Em julho, ela cai. O que dá para ver é que, provavelmente, não teremos aumentos reais expressivos até junho", diz Hélio Zylberstajn, professor da FEA-USP (Universidade de São Paulo) e coordenador do Salariômetro.

O problema é que também no início de 2019 a inflação tem surpreendido para cima, com alta nos preços de alimentos e combustíveis. Em abril, o INPC em 12 meses chegou a 5,07%, maior patamar desde janeiro de 2017.

"A tendência é que a inflação caminhe mais para o centro da meta do governo, de 4,25%, mas ainda em nível superior àqueles padrões que vínhamos observando de 3%, antes do repique do ano passado. Alimentos tiveram um impacto maior no início deste ano, mas a tendência é de reversão", diz Clemente Ganz Lúcio, diretor-técnico do Dieese (Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos).

Os trabalhadores da construção civil, cuja data-base é maio, já haviam conseguido apenas repor o INPC na convenção que vigorou entre 2018 e 2019.

INFORME

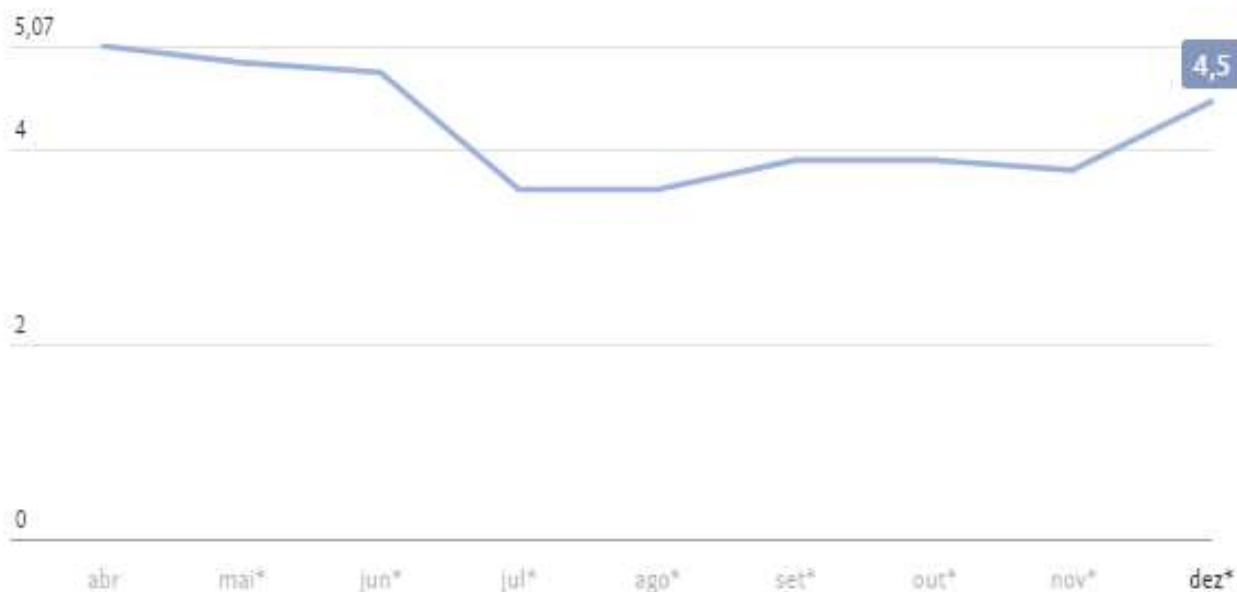
"Como nossa reposição foi em maio do ano passado, durante os últimos 12 meses o trabalhador perdeu cerca de 3% do poder de compra", diz Antonio de Souza Ramalho, presidente do Sintracon (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de São Paulo).

A categoria, que reúne 400 mil trabalhadores, está em negociação salarial e pede 5% de aumento real. "Pensamos em greve neste mês, a negociação deste ano segue dura", diz Ramalho.

Os metroviários de São Paulo acabam de fechar sua negociação. Conseguiram 4,99% de reajuste, o que repõe o IPC-Fipe, índice que usam como parâmetro, diz Wagner Fajardo, coordenador do sindicato da categoria. No ano passado, ele havia ficado em 1,29%.

A expectativa é que, a partir de julho, a inflação fique "livre" dos efeitos da greve

Em %



*projeção Fontes: Salariômetro e IBGE

"Embora não tenhamos conseguido avanço real, pelo menos não tivemos retrocesso", disse.

INFORME

Para ele, no entanto, a greve dos caminhoneiros costuma ser usada como bode expiatório. "O que deteriorou a situação foi o descontrole de preços da Petrobras. Ela [a greve] foi uma reação a uma política de preços que gerava inflação."

No caso dos metalúrgicos, cuja data-base é setembro, a FEM-CUT/SP (Federação dos Sindicatos de Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores de São Paulo) estimava uma inflação acumulada de 3% em 2018 e, pleiteando 5% de aumento, projetava conseguir 2% de ganho real.

Mas o INPC acumulou 3,64% nos 12 meses até agosto do ano passado. "Cada vez que a inflação sobe mais do que a gente prevê, acaba impactando a possibilidade de aumento real", diz Luiz Carlos da Silva Dias, o Luizão, presidente da FEM-CUT/SP.

Para este ano, Luizão diz que a inflação acumulada pode ser até um pouco superior aos 3,64% do ano passado, "já que nos meses iniciais de 2019 ela tem se mostrado um pouco maior", afirma.

Na projeção do Salariômetro, o INPC acumulado até agosto deve ficar em 3,6%. "Certamente não será um ano tão fácil", diz Luizão.

"O repique da inflação dificulta as negociações especialmente em um contexto econômico de baixo dinamismo, em que as empresas têm um desempenho muito desfavorável e o emprego está travado", diz Lúcio, do Dieese.

Na categoria de alimentação, o setor de massas e biscoitos conseguiu em outubro do ano passado um reajuste real de 0,36%. Segundo Rubens Gomes, vice-presidente do Sindeeia (Sindicato da Alimentação de São Paulo e Região), a greve atrapalhou a negociação porque as empresas ficaram paralisadas e com estoques represados.

"Como você vai discutir aumento real de salários? Qual embasamento você tem quando as empresas têm prejuízos enormes? A greve afetou drasticamente as negociações e o trabalhador pagou a conta", diz Gomes.

Para compensar, ele diz que a categoria buscou ganhos em benefícios, como a cesta básica, que foi ajustada em 15%.